

**AMBIENTE** Extensão preservada por particulares desde 1990 equivale a quase o triplo da área do parque nacional do Iguazu

# Brasil ganha 30 reservas privadas por ano

MARIANA VIVEIROS  
DA REPORTAGEM LOCAL

A mistura de idealismo, incentivos fiscais e perspectiva de bons negócios sustentáveis leva proprietários particulares de terra de todo o país a preservar, por ano, o equivalente a dez vezes a floresta da Tijuca (RJ), maior mata urbana no Brasil, com 32 km<sup>2</sup>.

Desde 1990, quando o primeiro decreto sobre as RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) entrou em vigor, o país ganhou, em média, 30 unidades de conservação privadas por ano.

Levando em consideração o período entre 1997 e 2002 — quando se intensificou a divulgação das vantagens a que os donos das reservas têm direito —, esse número passou para quase 50 novas áreas preservadas anualmente.

O trabalho do poder público, de ONGs ambientalistas e das associações de proprietários de RPPNs resultou numa conservação —voluntária, de caráter perpétuo e sem custos para o governo— que atinge hoje 4.553 km<sup>2</sup>, o equivalente a quase três parques nacionais do Iguazu (PR), onde estão as cataratas de mesmo nome, e supera o Parque Estadual da Serra do Mar, o maior de São Paulo, com 3.153 km<sup>2</sup>.

Todas as unidades da Federação já têm reservas particulares, sendo que Minas (61) e Bahia (49) são as que mais preservam em termos numéricos, enquanto Sergipe e Acre estão no outro extremo, cada um com apenas uma RPPN.

Os dados são do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), responsável, via de regra, pela concessão do título, mediante solicitação dos proprietários —em Minas e no Paraná, as secretarias estaduais do Meio Ambiente também decretam RPPNs.

A importância das reservas particulares, segundo especialistas, reside em dois pontos principais.

O sistema privado de conservação complementa o público, podendo servir de elo entre as unidades maiores (como os parques) e formando com elas corredores de biodiversidade.

“Outro aspecto é que as reservas privadas, por serem criadas de forma voluntária, são simbolicamente interessantes porque mostram a vontade das pessoas de contribuir para o processo de conservação do país”, afirma Luiz Paulo Pinto, diretor para a mata atlântica da ONG Conservation International do Brasil.

A preservação da mata atlântica é, aliás, uma vocação importante das RPPNs, diz Pinto, porque mais de 70% do que restou do bioma —um dos mais ricos do planeta— está nas mãos de particulares. Das 392 RPPNs federais, 201 são em área de mata atlântica.

## Regras, direitos e deveres

A rigor, qualquer área (seja a propriedade inteira ou parte dela) que tenha relevância pela biodiversidade que abriga, pelo aspecto paisagístico ou por concentrar uma vegetação que precisa ser preservada pode virar RPPN.

A avaliação do Ibama leva em conta ainda a documentação completa do terreno, incluindo levantamento topográfico e certificado de posse da terra. Têm prioridade na análise áreas que são próximas a unidades de conservação já existentes.

Os donos das reservas privadas têm isenção do Imposto Territorial Urbano (ITR) relativo à área protegida e prioridade na concessão de crédito rural (quando a RPPN está dentro de uma propriedade maior). Além disso, o terreno da reserva jamais será desapropriado para reforma agrária —mesmo que seja improdutivo.

Mas a vantagem que mais enche os olhos dos proprietários é a possibilidade de conseguir financiamentos do poder público —via Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)— ou de ONGs nacionais e internacionais para desenvolver na RPPN atividades de lazer, educação ou pesquisa, únicas permitidas nas unidades.

Assim, uma área que, por lei, já tinha uma série de restrições de uso —como a obrigação de manter uma porcentagem da vegetação intocada— deixa de ser um gasto e pode começar a ser um lucro ambientalmente correto.

“Não é uma atividade lucrativa ainda, mas a gente aposta que, num futuro, vai ser”, resume Henrique Fragozo Berbert de Carvalho, gerente da RPPN Serra do Teimoso, no sul da Bahia, e presidente da Preserva (Associação dos Proprietários de Reservas Particulares da Bahia).

Ele é dono de uma reserva de 200 hectares, numa fazenda que pertenceu inicialmente a um tio-avô e chegou a produzir 8.000 arrobas de cacau por ano, antes de a lavoura entrar em crise. “Em 95, quando entramos com o processo para transformar a área em RPPN, fomos vistos pelos vizinhos como malucos porque, pela quantidade de madeira que havia lá, se a gente montasse uma serraria, tinha ficado rico”, conta.

Hoje na reserva, tida como exemplar, são realizados seminários e estudos científicos, projetos de ecoturismo e de educação ambiental. “A proteção funciona mais, porque não é imposta”, completa Berbert de Carvalho.

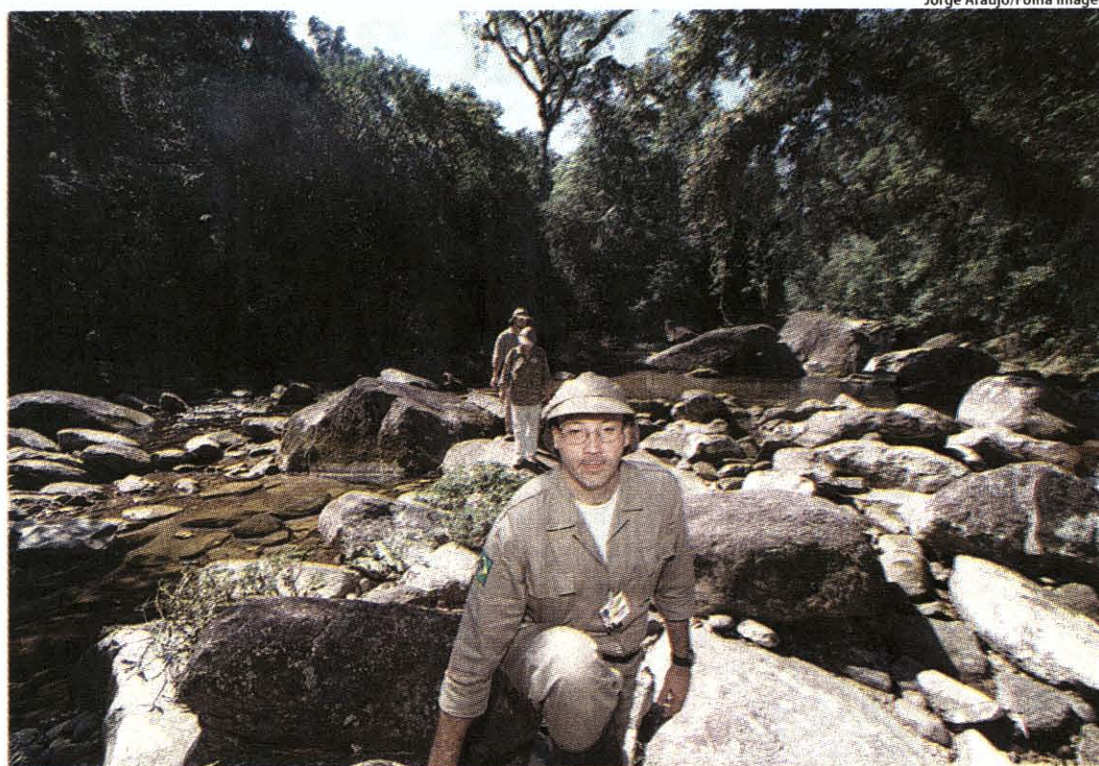
Como contrapartida, os donos de RPPN são obrigados a manter os atributos naturais da reserva e a encaminhar anualmente ao Ibama um relatório sobre a situação da área. O título de reserva só pode ser revogado por decreto.

## No mundo

Assim como no Brasil, apenas recentemente as reservas privadas começaram a despertar maior interesse nas organizações internacionais que estudam o tema, como a IUCN (sigla em inglês para a União Internacional para a Conservação da Natureza).

“Isso se deve ao grande crescimento no número de reservas e na superfície protegida por elas, mas também à constatação de que os governos, principalmente nos países em desenvolvimento, não têm recursos para gastar com a implantação e o manejo de áreas protegidas”, afirma Carlos Alberto Mesquita, diretor técnico da Preserva e coordenador de programa do Instituto BioAtlântica.

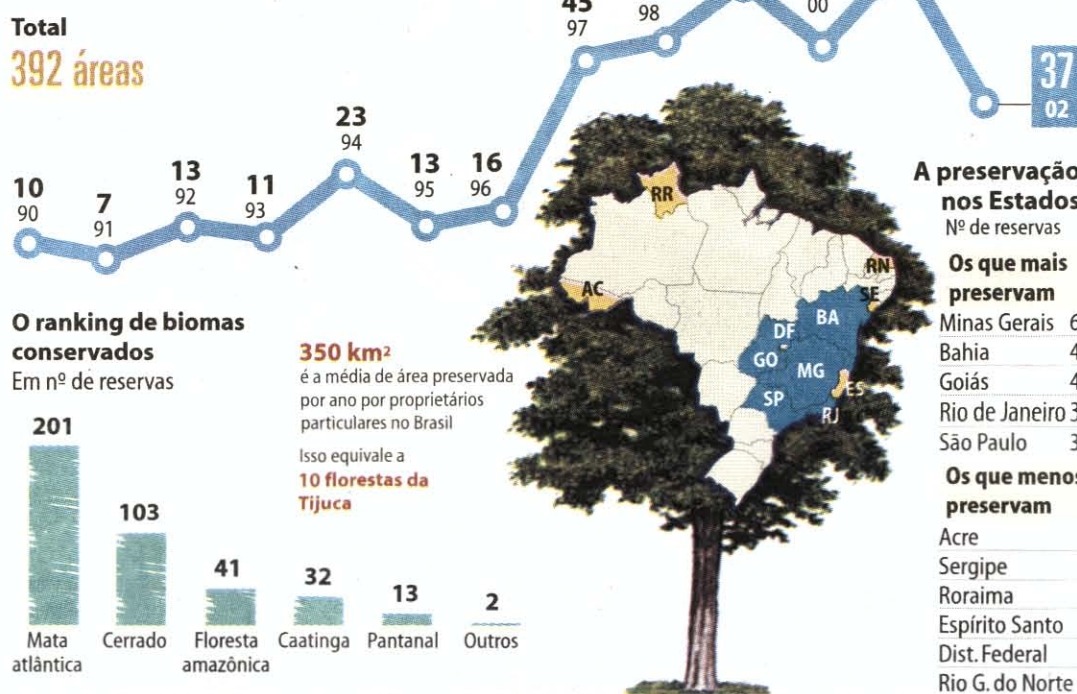
“Somente na última década foi percebida a necessidade de estudar mais esse fenômeno, seja para compreendê-lo, seja para incentivá-lo. No próximo Congresso Mundial de Áreas Protegidas [em setembro, na África do Sul], o tema será tratado em uma sessão específica”, diz. Um dos representantes brasileiros que irão ao congresso, Mesquita vai contar lá como é a experiência das RPPNs.



João Rizzieri, que largou a profissão para se dedicar à sua reserva privada no litoral norte de SP

## MAPA DAS RESERVAS PARTICULARES

Evolução do número de reservas privadas por ano



## Perguntas e respostas

### O que são?

Unidades permanentes de conservação em propriedades privadas

### Que áreas podem se tornar RPPNs?

Qualquer uma que tenha relevância pela biodiversidade, pelo aspecto paisagístico ou por características ambientais que justifiquem sua recuperação

### Que benefícios tem o proprietário de uma RPPN?

### RPPN?

- Isenção do Imposto Territorial Rural
- A área jamais poderá ser desapropriada para reforma agrária
- Só podem ter atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo ou de lazer
- São proibidas atividades extrativistas de qualquer natureza

### Como transformar uma propriedade em RPPN?

Veja as exigências no [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)  
**Quanto tempo demora a aprovação de uma RPPN?**  
Por lei, deveria durar 60 dias, mas, na prática, tem chegado a demorar anos  
**Por quanto tempo vale o título de RPPN?**  
É perpétuo. Mesmo se a propriedade for vendida, os novos donos terão que respeitar a reserva

### Quais são as obrigações de um dono de RPPN?

- Manter os atributos ambientais da área e promover sua divulgação
- Submeter à aprovação do Ibama o zoneamento e o plano de uso da RPPN
- Encaminhar anualmente ao Ibama relatório da situação da reserva e das atividades nela desenvolvidas

Fonte: Ibama

## Donos declaram paixão pela floresta

DA REPORTAGEM LOCAL

No interior, no litoral norte ou no Vale do Ribeira; numa reserva que existe há seis anos, há seis meses ou que ainda quer existir. Os relatos dos proprietários são muito parecidos e cheios de paixão.

“Briguei com uma parte da família”, conta o descendente de palmeiros tradicionais (vilões número um da mata atlântica) que quer criar um centro de educação ambiental na RPPN que tem desde 97 em Tapiraí.

“A reserva virou projeto de vida”, diz o ex-operador de comércio exterior, hoje “ongueiro”, que

quis proteger as terras da família das ocupações irregulares de São Sebastião e acabou criando a mais nova reserva privada do país.

“Fiquei três anos buscando dinheiro para mapear a área, mas vai valer a pena”, sonha o biólogo que vive ligando para o Ibama, cobrando a aprovação de sua RPPN em Iporanga.

Em Tapiraí, o empresário Cássio Roberto da Silva, 52, se orgulha de dizer que, mesmo não ganhando nada com seus 1,2 km<sup>2</sup> de mata atlântica, recebe muitos visitantes. “Não faço isso porque quero ir para o céu, mas porque a floresta é um tesouro”, afirma.

No litoral norte, João Baptista Monteiro Rizzieri, 35, comemora os R\$ 30 mil que recebeu de uma ONG e quer começar logo a construir a estrutura para receber turistas e estudiosos na RPPN de 1,3 km<sup>2</sup>. É disso que pretende viver.

E no Vale do Ribeira, ao lado do Petar (Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira), Nelson Antonio Calil Filho, 28, faz planos para a tão suada RPPN que quer criar onde, um dia, o avô pensou em montar uma pedreira. “A área pode servir como zona tampão do parque e tem como vizinhos os remanescentes de uma comunidade quilombola.” (MV)

## Donos se queixam de burocracia e de muitas exigências

DA REPORTAGEM LOCAL

Os dados sobre RPPNs podem dar a impressão de que proprietários e governo vivem uma lua-de-mel, o que não é verdade. Lentidão na avaliação dos processos, excesso de burocracia e exigências, falta de apoio financeiro e de fiscalização são queixas recorrentes.

“Está todo mundo muito descontente”, diz Horácio Tetsuo Tackano, presidente da Confederação Nacional dos Proprietários de RPPN e da Renasp (associação dos proprietários paulistas). A confederação reúne as 12 associações estaduais.

O prazo legal para que o Ibama termine a avaliação de um pedido de criação de RPPN é de dois meses, mas, na prática, a espera é bem maior. “As pessoas acabam desistindo”, diz Tackano, cuja reserva, no litoral norte de São Paulo, demorou quatro anos para sair.

“Faltam fiscalização e apoio financeiro”, diz Henrique Fragozo Berbert de Carvalho, da associação dos proprietários da Bahia. Outras reclamações são sobre a dificuldade em conseguir os documentos exigidos e a ineficiência da comunicação com o Ibama. “Se falta algo, eles não nos procuram, nós é que temos de ficar em cima.”

Os problemas se refletem na queda de 41% no número de RPPNs criadas no ano passado (37), em relação a 2001 (63). Neste ano, segundo os proprietários, só uma reserva foi criada. O Ibama não tem ainda um balanço.

Além disso, a inclusão das RPPNs no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que passou a valer em 2002, abriu espaço para dúvidas jurídicas que têm atrasado o trâmite de cerca de 60 processos, segundo a diretora de Ecossistemas do Ibama, Cecília Folloni Ferraz.

Para tentar diminuir o grau de frustração e a insatisfação dos proprietários, deve sair ainda neste ano a regulamentação das RPPNs, que “não vai modificar os critérios, mas deixá-los mais claros”, afirma Ferraz.

Ela alega que o Ibama não tem obrigação legal de fiscalizar as reservas, mas admite que o prazo de 60 dias para avaliação dos pedidos é uma ficção e poderá ser revisto.

Para os impasses internos e a burocracia, Ferraz tem uma receita: descentralizar a criação de RPPNs, incluindo no processo, os órgãos ambientais estaduais, e, ao mesmo tempo, fazer uma discussão coordenada com os escritórios regionais do Ibama, para que eles possam fazer localmente a avaliação das propriedades e diminuir a carga de trabalho que se concentra em Brasília. (MV)